MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS (MPE/TO)

Concurso Público
Nível Superior

Caderno: SQ

Aplicação: 6/8/2006

CARGO 17:

ANALISTA MINISTERIAL ESPECIALIZADO
ESPECIALIDADE: PEDAGOGIA

MANHÃ

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira atentamente se o tipo de caderno — Caderno SQ — coincide com o que está registrado em sua folha de respostas. Em seguida, verifique se ele contém cento e vinte itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 120.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Não utilize lápis, lapiseira, borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 4 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 5 Recomenda-se não marcar ao acaso: em cada item, se a resposta divergir do gabarito oficial definitivo, o candidato receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 6 A duração das provas é de **três horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, uma hora após o início das provas e poderá levar o seu caderno de provas somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término das provas.
- 8 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 9 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA (DATAS PROVÁVEIS)

- I 8/8/2006, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br/concursos/mpetoadm2006.
- II 9 e 10/8/2006 – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br/concursos/mpetoadm2006, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse endereço.
- III 13/9/2006 – Resultados finais das provas objetivas e do concurso: Diário Oficial do Estado do Tocantins e Internet — www.cespe.unb.br/concursos/mpetoadm2006.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 10 do Edital n.º 1/2006 – MPE/TO – ADMINISTRATIVO, de 16/5/2006.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br/concursos/mpetoadm2006.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

CESPE UnB
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

O mercado da privacidade

1 Entre outros absurdos da vida norte-americana, importamos a delação premiada, que ameniza a pena, em troca do pecado. Ao incentivar a delação, estimulam-se
4 falsos testemunhos contra pessoas inocentes e se acatam denúncias caluniosas a serviço da inveja e da vingança. Alega-se o presumido benefício maior, na proteção da
7 sociedade contra o crime, mas o efeito real é o de transformar os delatores em trapos — se ainda não os são — e, em muitos casos, causar a morte moral de pessoas
10 honradas.

Sendo, como é, uma aventura da matéria, a vida dos homens só se justifica como o pleno exercício de ser.
13 Liberdade é o direito natural que temos de fazer tudo o que desejarmos, desde que, nesse livre-arbítrio, não causemos danos aos outros. Na síntese política de um mestiço, o
16 mexicano Benito Juarez, o direito alheio é a paz.

A liberdade reclama também aquilo a que hoje chamamos privacidade. Todos nós temos direito a espaços
19 invioláveis aos olhos e aos ouvidos alheios. Seja pelo pudor, por timidez, pelo prazer ou pela conveniência, a nossa vida pessoal deve ser resguardada. Ela é a extensão social de
22 nosso corpo, de nossa alma, com sua única transcendental realidade. Ao incentivar a delação e ao fazer dos registros oficiais um bem de mercado, o Estado deixa de ser o
25 guardião da liberdade.

Mauro Santayana. *Jornal do Brasil*, 11/6/2006 (com adaptações).

Com referência ao texto acima, julgue os itens a seguir.

- 1 A idéia defendida nesse texto é a de que o Estado, ao estimular a delação premiada, transforma a privacidade em bem de mercado e deixa de ser guardião da liberdade.
- 2 Depreende-se do texto que a delação premiada, cujo fundamento advém do direito dos Estados Unidos, contempla o exercício do livre-arbítrio — direito natural de se fazer tudo que se deseja —, mas fere direito alheio.
- 3 A oração “que ameniza a pena, em troca do pecado” (l.2-3) poderia, com igual correção, estar expressa com a seguinte estrutura: onde, em troca do pecado, ameniza-se a pena.
- 4 Por comporem oração com sujeito indeterminado, as formas verbais “estimulam-se” (l.3) e “se acatam” (l.4) poderiam estar, conforme faculta a norma gramatical, flexionadas no singular, tal como ocorre com “Alega-se” (l.6).
- 5 Na linha 8, a oração entre travessões poderia, com correção gramatical e de forma mais enfática, assim ser expressa: se caso ainda não os sejam.
- 6 Mantém o sentido original do texto a seguinte reescrita do período “Sendo, como é, (...) exercício de ser” (l.11-12): Somente se a vida dos homens for uma aventura da matéria é que ela poderia justificar o pleno exercício de ser.
- 7 O trecho “não causemos danos aos outros” (l.14-15) poderia ser corretamente substituído por: não provoquemos prejuízo às outras pessoas.

Privatização da liberdade

1 Zygmunt Bauman põe o dedo na ferida ao denunciar o limite da liberdade na modernidade capitalista: pode-se
4 imaginar um mundo melhor que este em que vivemos. Quando muito, fica-se no conserto da casa, a reforma do telhado, a pintura das paredes, sem que se questionem a
7 própria arquitetura da casa e, muito menos, o modo de convivência dos que a habitam.

Os mais progressistas até admitem que, na reforma,
10 o quarto de empregada seja deslocado do exterior para o interior da casa. Até aqui o limite da lógica capitalista. Além disso, suprime-se a liberdade de quem ousa propor que não
13 haja quarto de empregada nem empregada.

Segundo Pierre Bourdieu, uns olham a sociedade com olhos cínicos e outros, com olhos clínicos. Os primeiros
16 julgam inquestionável o atual modelo de sociedade fundado na apropriação privada da riqueza e dele procuram tirar proveito, considerando justo o que reforça seus privilégios e
19 injusto o que os ameaça. Os “clínicos” enxergam um palmo abaixo do chão em que pisamos e reconhecem as intrincadas relações sociais que produzem, à superfície, tamanha
22 desigualdade entre os 6,5 bilhões de habitantes desta nave espacial chamada Terra.

Frei Betto. *In: Caros Amigos*, abril/2006, p. 8 (com adaptações).

Com relação à compreensão e interpretação do texto acima, bem como a aspectos morfosintáticos, julgue os seguintes itens.

- 8 A expressão “põe o dedo na ferida” (l.1) tem sentido conotativo (figurado).
- 9 O trecho “sem que se questionem” (l.6) é equivalente tanto a **não se questionando** quanto a **não sendo questionado**.
- 10 Pelos sentidos construídos no texto, questionar “o modo de convivência” (l.7-8) dos que habitam uma casa corresponde a questionar o modelo atual de sociedade fundado na apropriação privada da riqueza.
- 11 De acordo com o texto, a apropriação privada da riqueza resulta na privatização da liberdade, o que significa liberdade limitada concedida aos cidadãos.
- 12 O segundo parágrafo, de forma figurada, trata de inclusão social em uma visão reformista e progressista do Estado.
- 13 Atenderia à norma gramatical a substituição da forma verbal “haja” (l.13) pela forma **existam**.
- 14 No trecho “considerando justo o que reforça seus privilégios” (l.18), o segmento sublinhado corresponde a **o modelo que**.
- 15 De acordo com o trecho final do texto, as emaranhadas relações sociais são responsáveis pela imensa desigualdade entre os habitantes do planeta.

O *juridiquês* e outras falas

1 Tem razão o prof. Tércio Sampaio Ferraz, da
Faculdade de Direito da USP, quando distingue entre o
alambicado e o técnico. Se associações de juizes vêm
4 criticando, com bons fundamentos, os abusos do *juridiquês*
— linguagem rebuscada utilizada por muitos advogados e
membros do Judiciário —, é necessário preservar termos
7 técnicos não só do Direito, mas de outras áreas do
conhecimento que fazem todo o sentido na comunicação
entre especialistas. Linguagem rebuscada não é privilégio
10 dos bacharéis, mas estes esmeram-se na exibição de floreios,
enquanto outros profissionais optam mais pela linguagem
técnica. Mas a linguagem técnica tem limites quando
13 utilizada na comunicação com os leigos.

De onde viria a concentração do rebuscamento no
mundo dos bacharéis? Alberto Venâncio Filho, autor do livro
16 **Das arcadas aos bacharéis: 150 anos de ensino jurídico
no Brasil**, faz alusão à influência da Universidade de
Coimbra, transmitida de geração a geração, assim como à
19 fala prolixa de Rui Barbosa. Com todo o respeito a esse
ícone do universo jurídico, lembro-me de um exemplo que
corroborava a referência feita pelo acadêmico Venâncio. Em
22 certa ocasião, deparei-me com um advogado lendo um
alentado volume de Rui, sobre as virtudes e males de
diferentes regimes políticos. Como eu lhe perguntasse se
25 tinha interesse especial no assunto, respondeu-me que nem
tanto: lia qualquer coisa escrita pelo mestre, para aprimorar
o estilo.

28 Em matéria publicada na **Folha de S.Paulo** em
2005, o presidente do STJ, Edson Vidigal, afirma com muita
propriedade que o *juridiquês* “é como latim em missa:
31 acoberta um mistério que amplia a distância entre a fé e o
fiel; do mesmo modo [isso ocorre] entre o cidadão e a lei”.
Que outro propósito, consciente ou inconsciente, teriam
34 as ilegíveis receitas de alguns médicos que o cidadão,
convertido em analfabeto, entrega à decifração dos
atendentes de farmácias?

Boris Fausto. **Memória e história**. São Paulo: Graal, 2005. p. 119-21 (com adaptações).

Com relação à compreensão e à interpretação do texto acima bem
como a aspectos morfossintáticos, julgue os próximos itens.

- 16 O autor do texto julga que a linguagem utilizada pelos
bacharéis de direito deve-se mais à influência do estilo de
escrita de Rui Barbosa na linguagem forense do que à
remanescente influência da Universidade de Coimbra na
formação desses profissionais.
- 17 O exemplo apresentado no segundo parágrafo do texto é
insuficiente para inferir-se que os juristas não se interessam
por conhecimentos da ciência política.
- 18 Sem prejuízo para o sentido e para a correção gramatical do
texto, a oração “que fazem todo o sentido na comunicação
entre especialistas” (ℓ.8-9) poderia ocupar, desde que
precedida de vírgula, a posição após a expressão “termos
técnicos” (ℓ.6-7).
- 19 O segmento “optam mais pela linguagem técnica” (ℓ.11-12)
poderia ser corretamente substituído por: preferem mais a
linguagem técnica.

20 São distintos os sentidos dos segmentos “entrega à
decifração dos atendentes de farmácias” (ℓ.35-36) e **entrega
a decifração aos atendentes de farmácias**.

21 Com base na comparação apresentada no último parágrafo
do texto, é correto concluir que o “*juridiquês*” prejudica o
exercício pleno da cidadania.

1 Em matéria na **Folha de S.Paulo**, o ministro do
STF Carlos Veloso fala dos erros mais freqüentes de
advogados quando se manifestam em latim, sem nada
conhecerem do vetusto idioma. Lembro-me, a respeito, de
4 duas histórias. Uma, verdadeira, de um advogado que, ao ser
informado pelo juiz de que uma audiência fora adiada sem
7 previsão de nova data, pede uma confirmação, expressando-
se em “anglo-latim”: “Meritíssimo, então a audiência foi
adiada *saine dai* (*sine die*)? A segunda história, quem sabe
10 verdadeira, fala de um juiz que, ao despachar uma petição,
pergunta ao advogado se está no prazo de três dias, fixado
para determinados atos processuais. À pergunta “o senhor
13 está no tríduo?”, segue-se a educada resposta: “Obrigado,
meritíssimo, já almocei (estou nutrido), mas aceito um
cafezinho.”

16 Por outro lado, a fala popular, expressa no âmbito
forense, tem particular interesse, tanto do ponto de vista
sociológico quanto lingüístico. A inventiva de expressões
aparentemente incorretas, mas que fazem sentido —
19 “o ladrão se escondeu num terreno vadio” ou “quem não
deve não treme” — é um objeto atraente. Também as
narrativas que envolvem atitudes perante “os que mandam”
22 são um campo fértil. Em condições restritas, em regra,
intimidatórias, os réus têm a possibilidade de se manifestar
25 ao serem interrogados. Muitas vezes, fogem ao discurso
ensaiado com os advogados, para argüirem legítima defesa
ou circunstâncias atenuantes, preferindo “contar os fatos
28 como eles se passaram”, mesmo com o risco de sofrerem
uma condenação.

Por aí se vê que o mundo jurídico, tão formal,
31 inclui, ao mesmo tempo, vozes incontroláveis.

Idem, ibidem.

Com base nesse texto, julgue os próximos itens.

- 22 Segundo o autor do texto, as frases da fala popular por ele
mencionadas, mesmo não correspondendo às de uso mais
corrente, são coerentes.
- 23 A expressão “vetusto idioma” (ℓ.4) tem o mesmo significado
de **rebuscada língua**.
- 24 No trecho “ao ser informado pelo juiz de que uma audiência
fora adiada” (ℓ.5-6), a supressão da preposição “de”
acarretaria erro gramatical.
- 25 Caso um chefe de departamento do serviço público
resolvesse recomendar aos funcionários o emprego da
linguagem simples, sem floreios, o expediente de
comunicação oficial mais adequado e ágil para tal seria o
parecer técnico acompanhado da exposição de motivos.

Texto para os itens de 26 a 34

Somos eternos severinos

O nordestino morre mais cedo, passa menos tempo na escola e recebe um salário menor que o da média nacional. Apesar de todas as estratégias e modelos tentados, a região, 50 anos depois de **Morte e Vida Severina**, ainda apresenta indicadores inferiores aos nacionais. Isso não significa um quadro de estagnação. A média de crescimento tem se mantido acima do restante do Brasil, mas há um enorme fosso a ser ultrapassado. “Não houve queda sensível na disparidade de renda”, afirma Alexandre Rands Barros, da Datamétrica, empresa de consultoria sediada no Recife.

Correio Braziliense, Caderno Pensar, 24/6/ 2006, p. 3 (com adaptações).

Tomando o texto acima como referência inicial, julgue os itens que se seguem, referentes às disparidades regionais brasileiras.

- 26 Apesar de o crescimento econômico relativo ser superior à média nacional, a região nordestina brasileira não alcança um padrão de desenvolvimento com distribuição de renda.
- 27 A distribuição da riqueza no Nordeste brasileiro, equilibrada nos tempos coloniais, sofreu modificações apenas nas últimas décadas.
- 28 **Morte e Vida Severina**, auto de natal escrito por João Cabral de Melo Neto há cerca de cinco décadas, expressa a dura saga do retirante nordestino.
- 29 O retirante do sertão nordestino, ao migrar para as capitais da região, encontra condições sociais favoráveis, nos dias atuais, para seu pleno desenvolvimento.
- 30 O fenômeno migratório, em todo o mundo, deve-se mais à deterioração da qualidade de vida das populações em seus *habitat* naturais do que às reais possibilidades de melhorar a vida na nova região que abriga o migrante.

Ainda a partir do texto, e a propósito da relevância da obra **Morte e Vida Severina** para a literatura nacional, julgue os itens seguintes.

- 31 **Morte e Vida Severina** ainda é um texto forte em parte porque o que nele se denuncia permanece sendo real, apesar do esforço de superação da miséria tanto no Nordeste quanto em várias partes do território nacional.
- 32 A vontade da denúncia e o realismo das agruras do retirante eliminam a beleza estética e o valor literário de **Morte e Vida Severina** em favor do engajamento político-social.
- 33 A transposição dessa obra para o teatro, o cinema e a televisão permitiu ampliar o debate em torno do subdesenvolvimento nacional e da condição humana das populações miseráveis do Brasil.
- 34 O tema da miséria, tratado literariamente na obra, é exclusivo da realidade social do Brasil e do seu entorno geográfico.

O final de 2005 e os primeiros meses de 2006 foram marcados, na América Latina, por relevantes processos eleitorais que levaram ao poder, em alguns países, presidentes com idéias políticas um pouco diferenciadas em relação ao ideário político que predominou na região na década passada. A propósito dessas eleições e seus impactos, julgue os itens subseqüentes.

- 35 A eleição do boliviano Evo Morales se deu com a manutenção das políticas econômicas do consenso de Washington.
- 36 No México, a eleição de Felipe Calderón por ampla maioria de votos, sem contestação e sem desafio de nenhum outro candidato, demonstrou a força do nacionalismo antiamericano no seio da sociedade mexicana.
- 37 No Chile, a chegada de Michelle Bachelet ao poder demonstra que houve, no Cone Sul, uma opção política de ruptura completa com o liberalismo econômico.
- 38 A eleição de Alan Garcia, no Peru, significou, em alguma medida, a contenção da influência que o presidente Chávez, da Venezuela, tentou impor aos peruanos.
- 39 A diplomacia brasileira, ante a delicadeza das eleições em vários países da região, vem mantendo certa distância e evitando interferência nesses processos eleitorais.

As rebeliões em presídios paulistas, conduzidas recentemente por grupos criminosos organizados, despertaram a sociedade brasileira, que ficou atônita ante as limitações do sistema de proteção e segurança dos seus cidadãos. A propósito desses aspectos, julgue os próximos itens.

- 40 A vida nas grandes cidades, inspiradoras de sonhos dos que deixaram o campo nas últimas décadas de urbanização desenfreada no Brasil, deteriora-se de forma crescente no que concerne à segurança das pessoas.
- 41 A segurança cidadã, embora um item cada vez mais presente nas agendas políticas de candidatos aos Poderes Legislativo e Executivo, não mereceu ainda um tratamento profissional e eficaz no combate à violência urbana no Brasil.
- 42 Acompanhando a experiência internacional, a ótica da força pela força e da via única da violência de Estado deve ser a única política pública brasileira de combate aos referidos grupos.
- 43 Mesmo com uma boa base de pessoal envolvido e até mesmo com uma remuneração adequada para as hierarquias mais elevadas das corporações, a segurança pública no Brasil não vem conseguindo realizar sua tarefa fundamental de proteção do cidadão de bem.

Texto I – para os itens de 44 a 55

Uma proposição é uma afirmativa que pode ser avaliada como verdadeira (V) ou falsa (F), mas não ambos. É usual denotar uma proposição com letras maiúsculas: A, B, C. Simbolicamente, $A \wedge B$, $A \vee B$ e $\neg A$ representam proposições compostas cujas leituras são: A e B, A ou B e não A. A proposição $A \rightarrow B$ tem várias formas de leitura: A implica B, se A então B, A somente se B, A é condição suficiente para B, B é condição necessária para A etc. Desde que as proposições A e B possam ser avaliadas como V ou F, então a proposição $A \wedge B$ é V se A e B forem ambas V, caso contrário, é F; a proposição $A \vee B$ é F quando A e B são ambas F, caso contrário, é V; a proposição $A \rightarrow B$ é F quando A é V e B é F, caso contrário, é V; e, finalmente, a proposição $\neg A$ é V quando A é F, e é F quando A é V.

Uma argumentação é uma seqüência finita de k proposições (que podem estar enumeradas) em que as $(k - 1)$ primeiras proposições ou são premissas (hipóteses) ou são colocadas na argumentação por alguma regra de dedução. A k -ésima proposição é a conclusão da argumentação.

Sendo P, Q e R proposições, considere como regras de dedução as seguintes: se P e $P \rightarrow Q$ estão presentes em uma argumentação, então Q pode ser colocada na argumentação; se $P \rightarrow Q$ e $Q \rightarrow R$ estão presentes em uma argumentação, então $P \rightarrow R$ pode ser colocada na argumentação; se $P \wedge Q$ está presente em uma argumentação, então tanto P quanto Q podem ser colocadas na argumentação.

Dois proposições são equivalentes quando tiverem as mesmas avaliações V ou F. Portanto, sempre podem ser colocadas em uma argumentação como uma forma de “reescrever” alguma proposição já presente na argumentação. São equivalentes, por exemplo, as proposições $A \rightarrow B$, $\neg B \rightarrow \neg A$ e $\neg A \vee B$. Uma argumentação é válida sempre que, a partir das premissas que são avaliadas como V, obtém-se (pelo uso das regras de dedução ou por equivalência) uma conclusão que é também avaliada como V.

Com base nas informações do texto I, julgue os itens que se seguem.

- 44** É correto afirmar que, simbolizada adequadamente, a argumentação abaixo é válida.
1. Se um casal é feliz, então os parceiros têm objetivos comuns.
 2. Se os parceiros têm objetivos comuns, então trabalham no mesmo Ministério Público.
 3. Há rompimento se o casal é infeliz.
 4. Há rompimento se os parceiros não trabalham no mesmo Ministério Público.
- 45** A seqüência de proposições abaixo não é uma argumentação válida.
1. Se Filomena levou a escultura ou Silva mentiu, então um crime foi cometido.
 2. Silva não estava em casa.
 3. Se um crime foi cometido, então Silva estava em casa.
 4. Filomena não levou a escultura.

- 46** A proposição P: “Ser honesto é condição necessária para um cidadão ser admitido no serviço público” é corretamente simbolizada na forma $A \rightarrow B$, em que A representa “ser honesto” e B representa “para um cidadão ser admitido no serviço público”.
- 47** Não é possível avaliar como V a proposição $(A \rightarrow B) \wedge A \wedge (C \vee \neg A \vee \neg C)$.
- 48** Considere o seguinte texto: “Se há mais pares de sapatos do que caixas para acomodá-los, então dois pares de sapatos são colocados em uma mesma caixa. Dois pares de sapatos são colocados em uma mesma caixa. Conclui-se então que há mais pares de sapatos do que caixas para acomodá-los”. Nesse caso, o texto expressa uma argumentação que não é válida.
- 49** Considere que em uma argumentação uma premissa seja “Se um número x é divisível por 6 então x é divisível por 3”. Se a conclusão da argumentação for “Se um número x é divisível por 6, então a soma de seus algarismos é divisível por 3”, é correto afirmar que a proposição “Se x é divisível por 3, então a soma de seus algarismos é divisível por 3” tem de ser outra premissa dessa argumentação.
- 50** Considere uma argumentação em que as duas proposições simbólicas abaixo são premissas, isto é, têm avaliação V.
1. $(A \wedge \neg B) \rightarrow C$
 2. $\neg C$
- Neste caso, se a conclusão for a proposição $(\neg A \vee B)$, tem-se uma argumentação válida.

Texto II – para os itens de 51 a 55

Proposições também são definidas por predicados que dependem de variáveis e, nesse caso, avaliar uma proposição como V ou F vai depender do conjunto onde essas variáveis assumem valores. Por exemplo, a proposição “Todos os advogados são homens”, que pode ser simbolizada por $(\forall x)(A(x) \rightarrow H(x))$, em que $A(x)$ representa “ x é advogado” e $H(x)$ representa “ x é homem”, será V se x pertencer a um conjunto de pessoas que torne a implicação V; caso contrário, será F. Para expressar simbolicamente a proposição “Algum advogado é homem”, escreve-se $(\exists x)(A(x) \wedge H(x))$. Nesse caso, considerando que x pertença ao conjunto de todas as pessoas do mundo, essa proposição é V.

Na tabela abaixo, em que A e B simbolizam predicados, estão simbolizadas algumas formas de proposições.

proposição	forma simbólica
todo A é B	$(\forall x)(A(x) \rightarrow B(x))$
nenhum A é B	$\neg (\exists x)(A(x) \wedge B(x))$

A partir das informações dos textos I e II, julgue os itens subsequentes.

- 51** A proposição “Nenhum pavão é misterioso” está corretamente simbolizada por $\neg (\exists x)(P(x) \wedge M(x))$, se P(x) representa “ x é um pavão” e M(x) representa “ x é misterioso”.
- 52** Considerando que $(\forall x)A(x)$ e $(\exists x)A(x)$ são proposições, é correto afirmar que a proposição $(\forall x)A(x) \rightarrow (\exists x)A(x)$ é avaliada como V em qualquer conjunto em que x assumia valores.

- 53** Considere que as proposições “Todo advogado sabe lógica” e “Todo funcionário do fórum é advogado” são premissas de uma argumentação cuja conclusão é “Todo funcionário do fórum sabe lógica”. Então essa argumentação é válida.
- 54** Considere uma argumentação em que duas premissas são da forma
1. Nenhum A é B.
 2. Todo C é A.
- e a conclusão é da forma “Nenhum C é B”. Essa argumentação não pode ser considerada válida.
- 55** A proposição $(\forall x) ((x > 0) \rightarrow (x + 2) \text{ é par})$ é V se x é um número inteiro.

Em cada um dos itens subseqüentes, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 56** Em um lote de 20 processos, há 3 processos cujos pareceres estão errados. Aleatoriamente, um após o outro, 3 processos foram retirados desse lote. Nesse caso, a probabilidade de que os 3 processos retirados não estejam com os pareceres errados é superior a 0,6.
- 57** Uma concessionária oferece aos clientes as seguintes opções para a aquisição de um veículo: 4 cores externas, 4 cores internas, 4 ou 5 marchas, com ou sem ar condicionado, com ou sem direção hidráulica, com ou sem vidros e travas elétricas. Desse modo, são, no máximo, 128 as opções distintas para a escolha de um veículo.
- 58** Os ramais de telefone em uma repartição têm 4 dígitos, formatados com os algarismos 0, 1, ..., 9. Se esses números possuem pelo menos um dígito repetido, então a quantidade de números de ramais que é possível formar é superior a 4.000.
- 59** Um juiz deve sortear 5 homens e 6 mulheres para formar o corpo de jurados no tribunal do júri, entre 10 homens e 13 mulheres convocados. Nessa situação, o número de possibilidades diferentes de se formar o corpo de jurados é inferior a 1.970.
- 60** Uma empresa possui 13 postos de trabalho para técnicos em contabilidade, 10 para técnicos em sistemas operacionais e 12 para técnicos em eletrônica. Alguns técnicos ocupam mais de um posto de trabalho, isto é, 4 são técnicos em contabilidade e em sistemas operacionais, 5 são técnicos em sistemas operacionais e em eletrônica e 3 possuem todas as três especialidades. Nessas condições, se há 22 técnicos nessa empresa, então 7 deles são técnicos em contabilidade e em eletrônica.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Julgue os itens a seguir, acerca da organização federalista do Estado brasileiro no ensino, de acordo com a Constituição Federal.

- 61** No que se refere ao ensino superior, a União tem função executiva.
- 62** A União tem a função de garantir a equalização de oportunidades em todos os níveis de ensino.
- 63** As unidades da Federação e os municípios atuarão em regime de colaboração de modo a garantir a universalização do ensino básico.
- 64** A função supletiva e redistributiva da União traduz-se em assistência técnica e financeira às unidades da Federação, aos municípios e ao Distrito Federal.
- 65** A garantia de um padrão mínimo de qualidade em todo o território nacional e em todos os níveis de ensino é função da União.

Julgue os próximos itens, considerando a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — Lei n.º 9.394/1996.

- 66** O titular do Poder Executivo pode ser processado por crime de responsabilidade pela não-oferta do ensino obrigatório.
- 67** Cabe exclusivamente ao Ministério Público a petição para iniciar processo contra o titular do Poder Executivo por crime de responsabilidade pela omissão de oferta do ensino fundamental.
- 68** O processo por crime de responsabilidade do titular do Poder Executivo omissor quanto à oferta do ensino básico tem início no Poder Judiciário.
- 69** Em caso de ação judicial por crime de responsabilidade contra titular do Poder Executivo pela omissão de oferta do ensino obrigatório, o rito será sumário e a ação judicial, gratuita.
- 70** Sendo o ensino básico direito público subjetivo, é responsabilidade civil do poder público garantir o acesso e a permanência a todos os cidadãos brasileiros, sem qualquer tipo de distinção, a esse tipo de ensino.

A respeito dos parâmetros curriculares nacionais, julgue os itens seguintes.

- 71** No ensino fundamental, as ações pedagógicas dos sistemas de ensino e das instituições escolares devem-se voltar, em relação a conhecimentos e a valores, para a constituição de identidades capazes de protagonizar ações autônomas e solidárias.
- 72** Os conhecimentos e habilidades adquiridos, em processos formativos escolares, pelas crianças em idade escolar, poderão ser aferidos e reconhecidos pelos estabelecimentos de ensino, mediante avaliação, inclusive na educação profissional.

73 As atividades pedagógicas desenvolvidas na educação infantil devem ser intencionais, não cabendo a interação com atividades espontâneas e livres.

74 Os princípios da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum devem ser observados em todas as áreas do conhecimento e em todas as atividades pedagógicas do ensino fundamental, da educação infantil e da educação de jovens e adultos.

75 Cada sistema de ensino deve constituir um setor responsável pela educação especial, dotado de recursos humanos, materiais e financeiros que a viabilizem em todas as etapas e modalidades da educação básica.

Relativamente à educação, ao treinamento e à formação de recursos humanos, julgue os itens a seguir.

76 O treinamento de recursos humanos em qualquer instituição de ensino deve pautar-se na motivação, na definição de tarefas previamente estabelecidas e na recompensa pelo trabalho realizado.

77 A educação continuada dos recursos humanos que atuam nas instituições de ensino visa ao remanejamento interno da mão-de-obra.

78 Recrutamento, seleção, contratação e administração de pessoal são decisões de nível operacional em um processo de gerenciamento de recursos humanos.

79 Definição de cargos e salários, clima organizacional e planejamento de carreira são decisões operacionais na formação de recursos humanos.

80 O recrutamento interno de pessoal em uma instituição de ensino objetiva reduzir a taxa de flutuação entre os recursos humanos e, ao mesmo tempo, promover a motivação desses profissionais.

No que se refere a gestão do conhecimento, julgue os itens seguintes.

81 Essa gestão objetiva a melhoria do desempenho pela criação do conhecimento gerador de inovação.

82 Trata-se de gestão que desenvolve mecanismos de salvaguarda do conhecimento produzido pela organização, tais como: direitos de *copyright*, patentes, marcas e registros.

83 A gestão do conhecimento pode ser definida como o processo pelo qual uma organização, consciente e sistematicamente, coleta, organiza, compartilha e analisa seu acervo de conhecimento para atingir sua missão.

84 Na perspectiva norte-americana, a gestão de conhecimento engloba quatro processos: socialização, externalização, combinação e internalização.

85 Na perspectiva japonesa, a gestão do conhecimento apresenta quatro dimensões: conteúdo, cultura, processo e infra-estrutura.

No referente a métodos e técnicas de ensino, julgue os itens a seguir.

- 86** Tanto o método científico quanto o método pedagógico utilizam-se de processos como análise, síntese, dedução e indução.
- 87** As técnicas de texto livre são empregadas em metodologias dedutivas.
- 88** Os métodos não-diretivos de ensino requerem técnicas sistematizadas.
- 89** As origens dos métodos contemporâneos de ensino fundamentados em abordagem sensualista e racionalista remontam ao método cartesiano.
- 90** Os métodos de ensino apresentam uma plasticidade maior que os métodos científicos.

Quando a liderança, julgue os itens a seguir.

- 91** Segundo Max Weber, existem três tipos de liderança ou de dominação: a patrimonial, a carismática e a racional-legal.
- 92** A liderança tradicional, que está alicerçada no poder do patrimônio do líder, permitiu a estruturação dos Estados patrimoniais da antiguidade.
- 93** A liderança carismática funda-se no carisma, característica que é herdada ou aprendida pelo líder.
- 94** A liderança racional-legal calca-se na impessoalidade das normas racionais e escritas.
- 95** A liderança carismática, quando se rotiniza, pode transformar-se em tradicional ou em racional-legal.

A respeito de avaliação de ensino e avaliação de aprendizagem, julgue os itens que se seguem.

- 96** As provas objetivas devem ser constituídas de amostras representativas de todos os aspectos do universo de conhecimentos desenvolvidos em sala de aula.
- 97** Um método de avaliação é definido em quatro fases: determinação das habilidades a serem avaliadas, estabelecimento do padrão, seleção dos instrumentos e aferição dos resultados da avaliação.
- 98** Os vários níveis de rendimentos relacionados com o alcance dos objetivos expressos devem ser dimensionados na primeira fase da avaliação.
- 99** A aferição dos resultados em um processo de avaliação de ensino ou de aprendizagem cabe exclusivamente ao professor.
- 100** A avaliação, para ser objetiva e adquirir credibilidade, deve limitar-se à mensuração quantitativa dos conteúdos desenvolvidos.

Acerca dos diversos tipos e modalidades de planejamento participativo no ensino e na aprendizagem, julgue os itens subseqüentes.

- 101** A gestão participativa significa a inserção do indivíduo ou do grupo em estruturas decisórias já existentes.
- 102** A co-gestão implica a divisão de responsabilidade de acordo com a estrutura hierárquica da instituição.
- 103** A gestão cooperativa requer, necessariamente, a posse coletiva dos bens de produção.
- 104** A autogestão demanda revolução das estruturas de propriedade e de poder.
- 105** Na gestão participativa, subjaz o modelo da representação política dos segmentos envolvidos no processo.

Julgue os próximos itens, que se referem a currículo.

- 106** Uma proposta curricular deve embasar-se, independentemente da área do conhecimento, em uma filosofia que constitua o eixo condutor dos componentes curriculares.
- 107** É fundamental que, nas instituições de ensino, a proposta curricular esteja coerente com os fins que se almejam alcançar ao término do processo educativo.
- 108** O conjunto de componentes curriculares teóricos deve constituir 30% de qualquer proposta curricular e o dos denominados práticos, baseados em conhecimento empírico, 50%.
- 109** Uma proposta curricular voltada para a formação do ser aprendiz deve proporcionar oportunidades de desenvolvimento de múltiplas metodologias nos componentes curriculares.
- 110** Uma proposta curricular voltada para a formação de competências deve-se preocupar, prioritariamente, com a assimilação de conceitos.

A respeito dos processos de integração grupal no ensino, julgue os próximos itens.

- 111** As técnicas integrativas de atividades em grupo são as que favorecem o rápido alcance das conclusões dos assuntos apresentados.
- 112** Existem quatro processos para a formação de grupos: o natural, o artificial, o induzido e o científico.
- 113** A sociometria deve ser feita antes da escolha e aplicação das técnicas de grupo.
- 114** *Brainstorming* é a técnica grupal de debate livre adequada ao desenvolvimento de um tema.
- 115** As atividades de integração grupal propiciam o desenvolvimento da flexibilidade, da liderança, da capacidade argumentativa e da habilidade de realização de sínteses.

Acerca da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins (MPE/TO), julgue os itens a seguir.

116 De acordo com o princípio da indivisibilidade, os membros do MPE/TO constituem um conjunto indivisível; conseqüentemente, o ato praticado por um de seus membros, no exercício de suas funções, é praticado em nome de toda a instituição.

117 A estrutura orgânica do MPE/TO compreende os órgãos de administração superior e órgãos de execução. Os órgãos auxiliares, por serem vinculados ao Poder Executivo estadual, não integram o MPE/TO.

118 Nos primeiros dois anos de exercício do cargo, a conduta e o trabalho de membro do MPE/TO são avaliados em estágio probatório. Cumpridos os trâmites legais pertinentes, o membro do MPE/TO pode ser exonerado por ato do procurador-geral de justiça, após decisão desfavorável ao vitaliciamento proferida pelo Conselho Superior.

119 As hipóteses de impedimento que regulam a atuação dos órgãos jurisdicionais não vigoram para o promotor de justiça, podendo os membros do MPE/TO servir conjuntamente com juiz ou escrivão com os quais tenham relação de parentesco, como, por exemplo, cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.

120 Se, no curso de investigação, houver indício de prática de infração penal por parte de membro do MPE/TO, a autoridade policial, civil ou militar, pode prosseguir em sigilo com as diligências até a conclusão do procedimento investigatório, quando, então, deve proceder a remessa dos autos ao procurador-geral de justiça.